

PLANO DE GOVERNO

*** Roberto Rodrigues**

O Grupo Técnico que vem trabalhando no esboço de um plano de governo que será submetido a todas as entidades de classe do agronegócio brasileiro estabeleceu 5 princípios fundamentais que orientarão a proposta. São eles: sustentabilidade, orientação ao mercado, segurança jurídica, competitividade e governança institucional.

No primeiro deles, Sustentabilidade, estarão contempladas medidas que observem os 3 fundamentos universalmente reconhecidos para a questão: o econômico, o social e o ambiental.

No econômico, as propostas indicarão mecanismos de renda para os produtores, especialmente para os pequenos, como o seguro rural que garanta renda para todos não apenas quando vitimados por catástrofes climáticas, mas também pelas eventuais perdas ligadas à volatilidade do mercado.

A sustentabilidade social aponta para duas questões importantes: a organização dos pequenos produtores em cooperativas e associações que lhes permitam agregar valor e acessar mercados; e a qualificação de trabalhadores rurais, especialmente tendo em vista a crescente mecanização do campo. Também são demandados incentivos para boas práticas na produção de modo a preservar os recursos naturais, rápida implementação do CAR e monitoramento por satélite para orientar a recuperação do solo.

No segundo princípio, Orientação ao Mercado, é preciso ampliar nossas exportações, até mesmo dado nosso compromisso com a segurança alimentar mundial. Esta oportunidade é obstaculizada por protecionismo dos países ricos, com mecanismos que inibem acesso de nossos produtos em novos mercados.

Além de investir na continuação da Rodada de Doha da OMC, o Brasil deve buscar acordos bilaterais com grandes países consumidores ou blocos. E se não for possível ir junto com o Mercosul, devemos ir sozinhos.

Temos que batalhar pela agregação de valor, com acordos que permitam a verticalização das cadeias produtivas aqui.

O terceiro princípio, Segurança Jurídica, se baseia na Constituição Brasileira, que optou por uma economia de mercado para o desenvolvimento, com forte participação da iniciativa privada no setor produtivo. No campo, esta visão incorpora o respeito ao direito de propriedade, desde que a terra cumpra sua função social. Temos que modernizar marcos legais específicos, como a Legislação Trabalhista, o Código Florestal, o Estatuto da Terra, a lei de Crédito Rural, a Lei Agrícola, e outras para estimular investimentos no campo.

O quarto princípio, Competitividade, complementa o da Orientação ao Mercado, mas se fixa em questões recorrentes, como a crônica deficiência de infraestrutura e logística para escoamento da produção. Serão apontadas quais as obras fundamentais para o setor.

Entram mais itens complexos, como a tributação, que além de ser elevada, embute a cumulatividade, a bitributação, as diferenças de ICMS nos estados e assim por diante.

Tecnologias novas serão fundamentais, inclusive quanto à polêmica em torno das mudanças climáticas.

Defesa sanitária é um calcanhar de Aquiles do nosso agro. Barrar entrada de pragas e doenças no país e eliminar as já existentes, como a aftosa, é preliminar para garantir competitividade.

Por fim, o quinto princípio, Governança Institucional, parte da constatação de que, diferentemente do mundo desenvolvido, o Brasil tem 4 Ministérios que lidam diretamente com o agro: MAPA, MDA, MME e MMA, sem falar em outros que interferem indiretamente, como Transportes, Portos, Itamaraty, MDIC, e mais uma centena de agências e instituições como INCRA, IBAMA, ANVISA, FUNAI, etc.

Melhorar a governança passa pela redução desta parafernália, mas, principalmente, pela decisão do novo presidente de que a estratégia para o agro será dele, do governo como um todo e do Estado, enfim.

Isso implica ampla participação do setor privado, através de suas entidades representativas, na nova governança.

Destes princípios todos derivam dezenas de propostas que serão aqui discutidas.

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, Embaixador Especial da FAO para as Cooperativas e Presidente da Academia Nacional de Agricultura (SNA)**